

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.454 - RJ (2019/0070352-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : ANTONIO MARCOS DE LEMOS MACHADO
ADVOGADOS : RAPHAEL FERREIRA DE MATTOS E OUTRO(S) - RJ091172
ARY LITMAN BERGHER - RJ081142
RODRIGO MONTEIRO MARTINS - RJ119843
BIANCA FERREIRA FALACIO ALVES - RJ110561
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANTONIO MARCOS DE LEMOS MACHADO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0068036-65.2018.8.19.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática dos crimes dos 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013 (item 1 da denúncia); art. 312, § 1º, por diversas vezes, na forma dos artigos 29 e 71, todos do CP (item 5 da denúncia), art. 158, § 1º, por três vezes, na forma do art. 69 do CP (item 6 da denúncia); artigo 2º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013 (item 7 da denúncia); art. 158, § 1º, do CP (item 08 da denúncia); art. 158, § 1º, do CP (item 09 da denúncia). A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão de fls. 49:

"HABEAS CORPUS. Artigos 2º, §4º, II, da Lei nº 12.850/2013 (item 1 da denúncia); 312, §1º, diversas vezes, na forma dos artigos 29 e 71, todos do Código Penal (item 5 da denúncia);

158, §1º, três vezes, na forma do 69, ambos do Código Penal (item 6 da denúncia); 2º, §1º, da Lei nº 12.850/2013 (item 7 da denúncia); 158, §1º, do Código Penal (item 8 da denúncia); 158, §1º, do Código Penal (item 09 da denúncia).

Nulidade da decisão que recebeu a denúncia. Ausência de fundamentação. O despacho que recebe a denúncia, tem natureza interlocutória simples, sendo desnecessária ampla fundamentação a respeito. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

ORDEM DENEGADA."

No presente recurso, a defesa alega que a decisão que rechaça a resposta

preliminar do ora recorrente, na qual se abordam questões eminentemente jurídicas, não está motivada, tendo o juiz se limitado a afirmar, de forma vazia, a ausência das hipóteses do art. 397 do CPP, em afronta ao art. 93, IX, da CF.

Afirma que 'é inequívoco o desrespeito ao contraditório prévio, bem assim o prejuízo daí decorrente, porquanto se desconhece os motivos pelos quais restaram afastadas as relevantes teses preliminares e, ainda, de absolvição sumária, sendo de se destacar que, em várias delas, foram apontados numerosos precedentes jurisprudenciais paradigmáticos ao caso dos autos, pelo que se afigura plenamente razoável que as alegações pudessem vir a ser acatadas, ainda que em sede de habeas corpus."

Requer, assim, a anulação do *decisum* em que determinado o prosseguimento do feito na origem, devendo outro ser proferido, com enfrentamento dos argumentos aduzidos na resposta à acusação.

Não houve pedido de medida liminar.

Parecer ministerial, às fls. 226-223, pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

É firme neste Superior Tribunal de Justiça a compreensão jurisprudencial de que, não sendo caso de absolvição sumária, a motivação acerca das teses defensivas formuladas no bojo da resposta à acusação deve ser sucinta, de forma a não se traduzir em indevido julgamento prematuro da causa.

A par desse contexto, **devidamente motivada** a decisão (de fls. 218/219) que analisou a resposta à acusação, na medida em que dentro dos limites legais para o momento processual em exame, não havendo falar em constrangimento ilegal a ser sanado na via eleita. Da leitura atenta do referido *decisum*, tem-se que foram enfrentadas as preliminares relativas à incompetência do juízo de primeiro grau, de inépcia da denúncia, assim como de ausência de justa causa, tendo sido destacado, relativamente ao último ponto, que "diante dos elementos de provas colhidos até o presente momento demonstram que há lastro probatório mínimo e firme, indicativo da autoria e materialidade da infração penal, em apuração".

Nessa ordem de idéias, ao revés do consignado na inicial do recurso, **não** se

cuida de decisão chapada, de conteúdo estereotipado, aplicável em qualquer contexto.

De mais a mais, não se exige que o julgador rebata, de forma exaustiva, todas as alegações apresentadas, para concluir que não presentes as hipóteses de absolvição sumária ou que a inicial acusatória encontra-se apta para dar início à ação penal. Nesse momento processual, não se exige observância às regras do art. 155 do Código de Processo Penal, haja vista que diretriz afeta à prolação da sentença.

Em respaldo ao posicionamento aqui exposto, trago à colação os seguintes julgados desta Corte:

"PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. CRIME DE AMEAÇA. CONTRAVENÇÕES DE PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE E DO TRABALHO. RESPOSTA À ACUSAÇÃO. NULIDADE DA DECISÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO VERIFICAÇÃO. 2. IMPOSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DO MÉRITO. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EXAUSTIVA. 3. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE. 4. INÉPCIA DA DENÚNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 41 DO CPP. AMPLA DEFESA PRESERVADA. 5. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO VERIFICAÇÃO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA NARRADOS. COMPROVAÇÃO DOS FATOS. MOMENTO NÃO APROPRIADO. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL. 6. RECURSO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não sendo caso de absolvição sumária, a motivação acerca das teses defensivas formuladas no bojo da resposta à acusação deve ser sucinta, de forma a não se traduzir em indevido julgamento prematuro da causa. Assim, as matérias passíveis de exame no referido momento processual foram devidamente analisadas, com a finalidade de confirmar o recebimento da denúncia e refutar as hipóteses de absolvição sumária, devendo as demais matérias serem debatidas após a devida instrução processual.

2. Não se pode abrir muito o espectro de análise da resposta à acusação, sob pena de se invadir a seara relativa ao próprio mérito da demanda, que depende de prévia instrução processual para que o julgador possa formar seu convencimento. De fato, mostrar-se-ia temerário analisar certas teses, quer para acolher quer para rejeitar, antes da colheita de provas, principalmente em momento processual que autoriza a absolvição sumária apenas nas hipóteses elencadas de forma expressa pelo art. 397 do Código de Processo Penal.

3. O trancamento da ação penal somente é possível na via estreita do habeas corpus em caráter excepcional, quando se comprovar,

de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

4. Não há se falar em inépcia da inicial, haja vista os fatos se encontrarem devidamente narrados, em observância ao art. 41 do Código de Processo Penal. Com efeito, a recorrente teria, em tese, perturbado a tranquilidade da vítima, perturbando-a no trabalho e a ameaçando de forma velada, por e-mail, mensagens e telefonemas, fatos estes suficientes a subsidiar o início da ação penal. Dessarte, mister se faz que os fatos narrados sejam devidamente esclarecidos, durante a instrução probatória, momento apropriado para se obter a efetiva comprovação ou não da ocorrência dos fatos, da forma como narrados na inicial.

5. Da mesma forma, presente a justa causa, porquanto demonstrada a materialidade delitiva dos delitos imputados bem como os indícios de autoria, observando-se que as condutas descritas se mostram, em tese, típicas. Dessarte, não é possível, na via eleita, aferir a veracidade ou não da narrativa, por se tratar de matéria probatória, cuja sede própria para exame é durante a instrução processual. De fato, não se tratando de alegação aferível de pronto, sem a necessidade de revolvimento de provas, seu exame revela-se incompatível com o rito sumário do mandamus.

6. Recurso em habeas corpus a que se nega provimento (RHC 90.684/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 9/5/2018).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DEU PROSSEGUIMENTO À AÇÃO PENAL, AFASTANDO AS HIPÓTESES DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DO ARTIGO 397 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO EXTENSA. POSSIBILIDADE DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL SUCINTA. NULIDADE NÃO CONFIGURADA.

1. Após a reforma legislativa operada pela Lei 11.719/2008, o momento do recebimento da denúncia se dá, nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, após o oferecimento da acusação e antes da apresentação de resposta à acusação, seguindo-se o juízo de absolvição sumária do acusado, tal como disposto no artigo 397 do aludido diploma legal.

2. A alteração criou para o magistrado a possibilidade, em observância ao princípio da duração razoável do processo e do devido processo legal, de absolver sumariamente o acusado ao vislumbrar hipótese de evidente atipicidade da conduta, a ocorrência de causas excludentes da ilicitude ou culpabilidade, ou ainda a

extinção da punibilidade, situação em que deverá, por imposição do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, motivadamente fazê-lo, como assim deve ser feito, em regra, em todas as suas decisões.

3. Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento de que a motivação acerca das teses defensivas apresentadas por ocasião da resposta escrita deve ser sucinta, limitando-se à admissibilidade da acusação formulada pelo órgão ministerial, evitando-se, assim, o prejulgamento da demanda. Precedentes.

4. Na espécie, tendo o togado singular atestado a aptidão da denúncia, a existência de indícios suficientes de autoria e materialidade em desfavor dos recorrentes, explicado as razões pelas quais não seria possível a incidência do princípio da insignificância na espécie, e atestado que a apontada falta de justa causa para a persecução criminal depende de dilação probatória, não podendo ser apreciada nesta fase processual, não há que se falar em falta de fundamentação da decisão impugnada, o que impede o reconhecimento da eiva suscitada na irresignação.

5. Recurso desprovido." (RHC 92.866/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 2/4/2018)

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE. ART. 54, CAPUT E § 2º II E V. C/C O ART. 15 E INCISOS, TODOS DA LEI 9.605/98. LITISPENDÊNCIA. DENÚNCIAS. FATOS CRIMINOSOS, LOCAIS E PERÍODOS DISTINTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

(...)

4. A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

5. A rejeição da denúncia e a absolvição sumária do agente, por colocarem termo à persecução penal antes mesmo da formação da culpa, exigem que o Julgador tenha convicção absoluta acerca da inexistência de justa causa para a ação penal. Em verdade, embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que o Julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se

manifestamente demonstrada a ocorrência de uma das hipóteses elencadas no art. 395 do Código de Processo Penal, o que não ocorre no caso em exame.

6. Na hipótese em apreço, apesar de sucinta a decisão, o Juízo singular afastou as hipóteses de absolvição sumária, sobretudo a alegada litispendência, pois já havia se manifestado sobre o tema em outra oportunidade, afirmando que "além dos fatos terem ocorrido em datas diferentes, as coordenadas citadas no Laudo Pericial de fls. 06/24 e no Auto de Infração de fls. 384 demonstram que os fatos também ocorreram em diferentes áreas".

7. Recurso em habeas corpus não provido." (RHC 80.285/RO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 13/12/2017)

"PROCESSUAL PENAL. DECISÃO APÓS A RESPOSTA À ACUSAÇÃO. NULIDADE POR FALTA DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES. NÃO OCORRÊNCIA.

1 - Se as exceções, dentre as quais a de coisa julgada, foram remetidas pelo magistrado à via própria, tendo sido efetivamente decididas em autos apartados, tanto que motivam um outro recurso nesta Corte, encontra-se a pretensão de possível omissão do magistrado, no particular, superada.

2 - Quanto às demais alegações defensivas, tem-se que a decisão proferida após a resposta à acusação não tem de ser exauriente de tudo quanto suscitado, não podendo ser taxada de nula se, concisa e fazendo expressa referência ao art. 397 do Código de Processo Penal, conclui não estarem presentes hipóteses de absolvição sumária e ainda remete os questionamentos à instrução penal, porque confundem-se com o mérito da causa penal. Exigir maiores fundamentos pode levar o magistrado a indevido prejudgamento.

3 - Impetração julgada prejudicada em parte e, no mais, denegada a ordem." (HC 391.995/TO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 09/10/2017)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator